



ARTIGO

INCLUSÃO FINANCEIRA
GERA PROSPERIDADE

Em um momento em que a palavra inclusão está presente em diferentes pautas da sociedade, com intuito de promover reflexões para transformações, hoje estamos aqui para mostrar como o cooperativismo de crédito contribui para inclusão financeira no Brasil. Definida como a disponibilidade de serviços financeiros a pessoas e empresas, mais do que abrir uma conta, essa inclusão acontece quando há o acesso efetivo a produtos e serviços, com igualdade de oportunidades entre as pessoas e empreendimentos, e reflete no desenvolvimento local.

É justamente com esse objetivo que o cooperativismo de crédito atua. Com mais de 120 anos de história no Brasil - tendo o Sicredi como pioneiro -, esse modelo de negócio tem as pessoas ao centro. Não visa lucro e sim o desenvolvimento de todos. Os associados são os sócios/donos das cooperativas, participam das decisões e dos resultados, o que traz benefícios à comunidade. Dados do Banco Central (maio/2023) apontam que o número de pessoas adultas com conta em banco saltou 272% em uma década. Passou de 50,6 milhões em 2012 para 188,3 milhões em 2022. O crescimento reduziu a taxa de desbancarização (de 48% para 16% no período). Apesar do avanço, o desafio é as pessoas usarem os produtos e serviços de forma sustentável. Afinal, ter uma conta em banco não significa que a pessoa contratará crédito, seguro, consórcio ou terá aplicações. Pode até ocorrer o efeito inverso: pela falta de educação financeira, o acesso se transformar em inadimplência, o que não queremos.

Com cerca de 17 milhões de associados no Brasil, as cooperativas de crédito mantêm mais de 9 mil agências. Estão presentes em locais onde as instituições financeiras tradicionais não têm interesse de estar pela distância, falta de infraestrutura e baixo potencial econômico. Características que desafiam e motivam as cooperativas a estarem lá, a abrirem agências, enquanto os bancos fecham pontos de atendimento.

Para se ter uma ideia, o Sicredi está presente em mais de 350 cidades brasileiras com até 5 mil habitantes. Possui agências em 650 municípios com até 10 mil habitantes e está presente em 1.371 cidades com até 50 mil pessoas. São mais de 7 milhões de associados, atendidos por mais de 2,5 mil agências espalhadas por aproximadamente 1,8 mil cidades do País.

Por que fazemos isso? Porque sabemos que o cooperativismo de crédito tem o poder de transformar. O interesse e os efeitos positivos da atuação do Sicredi nas pequenas comunidades foram comprovados em estudos da série Benefícios do Cooperativismo, conduzidos em parceria com a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e o pesquisador Juliano Assunção, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), especialista em Microeconomia Aplicada e Desenvolvimento Econômico.

Enquanto bancos tradicionais alegam viabilidade a partir de 8 mil habitantes para abrir uma agência, o Sicredi consegue estabelecer agências em municípios a partir de 2,3 mil habitantes. As cooperativas operaram em cidades com PIB a partir de R\$ 79 milhões, enquanto para bancos públicos e privados estabelecem o mínimo de R\$ 146 milhões e R\$ 220 milhões, respectivamente. Outro estudo, intitulado de 'A Efetividade do Cooperativismo', mostra que a presença física é fundamental para inclusão financeira, de fato. Foi comprovado que o funcionamento de uma agência Sicredi eleva em 25% o acesso a produtos financeiros dos associados em dois anos, em relação a quem não conta com agência na cidade. A pesquisa indicou impactos positivos na melhora do comportamento financeiro, pois enquanto 33% dos associados mantêm recursos na poupança no momento da associação, e 13% em depósitos a prazo, após 10 anos de relacionamento, esses índices passam, respectivamente, para 51,2% e 49,4%.

O perfil dos associados do Sicredi também revela a atuação para o desenvolvimento e a prosperidade. Do total de 7 milhões de associados, 74,5% são pessoas físicas, que somam mais de 5,2 milhões de pessoas. Dessa quantidade, aqueles com renda até R\$ 4 mil são maioria (4.064 milhões de associados), cerca de 78% do total. O segmento agro possui mais de 765 mil associados, sendo que 85% deles são da agricultura familiar. No segmento empresarial são cerca de 1 milhão de associados, dos quais 83% são dos portes MEI/Micro e pequenas empresas.

O processo de inclusão é tão importante que faz parte de uma agenda firmada pelo Banco Central na Agenda BC# com as instituições financeiras para ampliar o acesso aos produtos e serviços financeiros por parte dos brasileiros. Diante do nosso vasto território, o BC conta com um esforço e compromisso das cooperativas de crédito para alcançar as metas traçadas, pois temos por vocação e motivação o interesse pelas comunidades menores e bairros desassistidos, para fazer a diferença na vida das pessoas e ajudá-las a prosperar por meio do uso de produtos e serviços financeiros de forma sustentável.

João Spenthof é presidente da Central Sicredi Centro Norte e vice-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Mato Grosso

JORNAL DIÁRIO DA SERRA

Propriedade da
AJOTA

ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16

Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões
78302-028 Tangará da Serra-MT

ISSN 22386467

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do
DIÁRIO DA SERRA

(65) 3326-4724

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

TIRAGEM

1 MIL EXEMPLARES

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE

(65)3326.6501

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL

Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA

SERVIÇOS GRÁFICOS

E. Tormes e Cia. LTDA

CNPJ: 14.048.123/0001-07

CONTATO: adm@diariodaserra.com.br

Fone: (65) 3326-4724

Diário da Serra®

O DIA-ADIA DA NOTÍCIA

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

EDIÇÃO ON-LINE DESDE 06 DE SETEMBRO DE 1997

Endereço: Av. Tancredo Neves - 1247 W
Parque Mansões - CEP:78300-000
Tangará da Serra - MT - Brasil

 www.facebook.com/jornalds

 @diariodaserra

TANGARÁ DA SERRA

Vereadores alegam “suspeição” e pedem que indicação de Dino ao STF seja rejeitada no Senado

wellington fagundes

Senador PL/MT

sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Brasília – DF.

Excelentíssimos,

Ao cumprimentar Vossas Excelências, passo de imediato a apresentar os motivos do presente ofício.

Este poder legislativo apresenta sua contrariedade através dos Vereadores Subscritores deste Ofício, a indicação do atual Ministro da Justiça, Sr. Flávio Dino para ocupar uma vaga no STF, uma vez que esta casa representa a vontade da maioria da sociedade Tangaraense, onde várias pessoas demonstram também ser contrários a indicação do Ministro da Justiça Sr Flavio Dino ao STF, solicitando dos senadores do Estado Mato Grosso a não aprovação desta indicação para ocupar um dos maiores cargos do Judiciário Brasileiro em virtude da suspeição de aproximação pessoal e política com o atual Presidente da República.

Assim vimos por meio deste solicitar a reprovação da indicação do atual Ministro da Justiça Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal (STF) feita pelo Presidente da República no dia 05 de Dezembro de 2023.

Sendo assim o que se apresenta ao momento, reitero votos de estima e apreço.

Atenciosamente Vereadores Subscritores da Câmara Municipal de Tangará da Serra – MT.

Fabio Brito

Rogério Silva

EDUARDO SANCHES

JP

O ofício foi assinado pelos 14 vereadores

Manifesto contrário à indicação foi encaminhado aos senadores de MT

SERGIO ROBERTO /
Enfoque Bussiness

A indicação do presidente Lula do ministro da Justiça Flávio Dino a uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) está causando contrariedade na oposição, entre grande parte dos cidadãos brasileiros e, por consequência, nas esferas legislativas.

É o caso da Câmara Municipal de Tangará da Serra, onde um manifesto contrário à indicação de Dino foi parar, via ofício, nas mãos dos três senadores de Mato Grosso, Jayme Campos (União), Margareth Buzetti (PSD) e Wellington Fagundes (PL).

O ofício foi assinado pelos 14 vereadores. “Este poder legislativo apresenta sua contrariedade através dos vereadores subscritores deste ofício à indicação do atual Ministro da Justiça, Sr. Flávio Dino, para ocupar uma vaga no STF (...) em virtude de suspeição de aproximação pessoal e política com o atual Pre-

sidente da República”, consta no texto do ofício 009/2023, endereçado aos senadores.

A rejeição ao atual ministro da Justiça corre pelas redes sociais. “Se Alexandre de Moraes já é dessa forma, imaginem o Flávio Dino lá! Se posicionem, mandem mensagens aos senadores de Mato Grosso”, postou o vereador Eduardo Sanches (Republicanos), em sua página no Instagram.

RELATÓRIO FAVORÁVEL - A contrariedade para com a indicação de Flávio Dino ocorre em todo o País. Primeiro, Dino não é tido como de “notável saber jurídico” e, segundo, a indicação teria conotação política.

Um dos exemplos do repúdio ao ministro da Justiça de Lula é um manifesto do partido Novo, que no final de novembro lançou abaixo-assinado contra a indicação para a vaga da ministra aposentada Rosa Weber na Suprema Corte. Para a legenda, a indicação de Dino fortalece a tese de “politização” do STF.

Vários senadores já se posicionaram contra a indicação. Porém, o relator da indicação de Dino ao STF, senador Weverton Rocha (PDT-MA), apresentou na segunda,

4, o parecer que será analisado pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado no próximo dia 13. O relatório é favorável ao ministro da Justiça sob o argumento de que ele “teve experiências exitosas no exercício de funções dos Três Poderes da República”. Por outro lado, não cita a avaliação negativa de seu trabalho na área da segurança pública neste ano.

Dino precisa de 14 votos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e 41 no plenário do Senado para suprir a vaga deixada pela ex-ministra Rosa Weber em outubro deste ano. O parecer do relator foi lido nesta quarta, 06, em conjunto com o documento do senador Jacques Wagner (PT), que analisa a indicação do subprocurador Paulo Gonet Branco para assumir o comando da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Quarta-feira passada, 30 de novembro, Dino entregou uma carta aos senadores que integram a CCJ para convencê-los a aprovar a sua indicação. Ele argumentou no texto de quatro páginas que atuará de maneira “imparcial e técnica”, caso seja aprovado para atuar no STF.